

# Operação combate desvio de R\$ 2,5 mi no Pará e Distrito Federal

**Policiais cumprem 17 mandados em Marabá, Altamira e Brasília (Foto:Reprodução)- A Polícia Federal e a Receita Federal deflagraram uma ação conjunta na manhã desta quinta (18), em Marabá, com o objetivo de apurar apropriação e desvio de recurso públicos federais destinados a aquisição de gases medicinais em Marabá, Altamira e Brasília (DF). A Operação Partialis cumpre 17 mandados judiciais expedidos pela 2ª Vara da Justiça Federal, em residências dos investigados e na sede de uma empresa. São quatro mandados de prisão preventiva, quatro de prisão temporária e nove mandados de busca e apreensão.**

A investigação é um desdobramento da Operação Asfixia, deflagrada em junho de 2016, para apurar fraudes em licitações para aquisição de gases medicinais promovidas pela prefeitura de Marabá. Após a análise de documentos apreendidos, além dos demais elementos de informações colhidos durante a operação e investigações, descobriu-se o esquema de ilícitos no município, que consistiam na cobrança de valores por parte de servidores municipais em troca da facilidade no recebimento de valores atrasados. Uma anotação indicava o depósito de R\$ 100 mil para uma dita “parceria”.

Ao todo, em verbas federais, municipais e estaduais, os assessores diretos do ex-gestor municipal, sob comando desse, sacaram em espécie, na boca do caixa das empresas que tinham contratos com a prefeitura de Marabá, mais de R\$ 1,5 milhão. Além desses valores já citados para a dita “parceria”, outros R\$ 1 milhão foram depositados na conta da esposa de um assessor imediato do ex-gestor municipal.

Parte desses valores foram transferidos, através de terceiros,

diretamente para as contas do ex-gestor municipal. Além da apropriação desses montantes, também foi adquirido, com recursos públicos federais, por um dos empresários investigados e presos durante a Operação Asfixia, uma aeronave de uma empresa com sede em Altamira.

## Receita

As investigações apuraram que, após publicação, em jornal local, de que tal compra havia sido realizada pelo ex-gestor, através de pessoa interposta, tal aeronave foi enviada para Goiânia (GO), onde ficou sob responsabilidade da direção nacional de um partido político. Segundo diz a Polícia Federal, “tanto os empresários da empresa de Altamira, como a direção nacional do partido, praticaram uma série de ilicitudes, a fim de justificar a versão dos fatos apresentadas perante a Justiça”.

Em análises de sigilo fiscal, a Receita Federal, por sua vez, verificou uma série de irregularidades como movimentações bancárias em valores superiores a declarados – em alguns casos até cinco vezes maior, indicando a prática de ilícitos fiscais e evolução patrimonial incompatível com a renda declarada. De acordo com levantamentos preliminares da PF e Receita Federal, os valores desviados dos cofres públicos podem chegar a mais de R\$ 2 milhões.

Os investigados responderão pelos crimes de associação criminosa, corrupção ativa e passiva, falsidade ideológica, uso de documento falso e apropriação e desvio de recursos públicos. Ao todo, as penas pelos crimes investigados podem alcançar mais de 30 anos de reclusão. Os presos, serão encaminhados para presídios das cidades de Marabá, Altamira e Brasília (DF), onde ficarão à disposição da Justiça Federal.

Por: Redação Integrada ORM 18 de Outubro de 2018 às 07:55  
Atualizado em 18 de Outubro de 2018 às 08:08

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP**

**- JORNAL FOLHA DO PROGRESSO no (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br